

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.672 - RS (2019/0084769-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL ESPECIALIZADA  
EM FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE DE  
ERECHIM - RS  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PR  
**INTERES.** : JOSE ANTONIO MENDES  
**REPR. POR** : WILMA ELISA MENDES - CURADOR  
**ADVOGADO** : LUIZ BRESOLIN - PR029864  
**INTERES.** : ESTADO DO PARANÁ

### **DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo por iniciativa do Juízo da 3ª Vara Cível Especializada em Família, Sucessões, Infância e Juventude de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, em face do Juízo de Direito da 22ª Vara Cível de Curitiba, capital do Estado do Paraná, relativamente ao pedido de expedição de alvará judicial formulado por Wilma Elisa Mendes, em favor do seu curatelado, José Antônio Mendes, para levantamento de importâncias para despesas pessoais e com a defesa em ação para majoração de benefício previdenciário.

O Juízo paranaense, a quem apresentado inicialmente o pleito, declinou da competência em favor do Juízo gaúcho, perante o qual ocorreu a substituição da anterior curadora (fls. 115/117).

O Juízo de Direito de Erechim, RS, suscitou o presente conflito ao fundamento de que o feito deve tramitar perante o foro do domicílio do curatelado, situado em Curitiba, PR (fls. 90/91).

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pela competência do Juízo de Direito da 22ª Vara Cível de Curitiba, PR (fls. 180/183).

Assim delimitada a controvérsia, tenho que a matéria deve ser dirimida nos termos propostos no parecer.

Com efeito, tem aplicação ao caso a jurisprudência firmada no âmbito da Segunda Seção, que reconhece ao juízo imediato do domicílio do incapaz a competência para fiscalizar, processar e julgar os atos relativos ao exercício da curatela. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE

COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DO CURADOR. MELHOR INTERESSE DO INCAPAZ. PRINCÍPIO DO JUÍZO IMEDIATO. FORO DE DOMICÍLIO DO INTERDITO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Irrelevante, na espécie, a discussão acerca da incidentalidade ou autonomia do pedido de substituição de curador, pois em ambos os casos a conclusão a que se chega é a mesma.

2. Em se tratando de hipótese de competência relativa, o art. 87 do CPC institui, com a finalidade de proteger a parte, a regra da estabilização da competência (*perpetuatio jurisdictionis*), evitando-se, assim, a alteração do lugar do processo, toda a vez que houver modificações supervenientes do estado de fato ou de direito.

3. Nos processos de curatela, as medidas devem ser tomadas no interesse da pessoa interditada, o qual deve prevalecer diante de quaisquer outras questões, devendo a regra da *perpetuatio jurisdictionis* ceder lugar à solução que se afigure mais condizente com os interesses do interditado e facilite o acesso do Juiz ao incapaz para a realização dos atos de fiscalização da curatela. Precedentes.

4. Conflito conhecido para o fim de declarar a competência do Juízo de Direito da 11ª Vara de Família e Sucessões de São Paulo-SP (juízo suscitado), foro de domicílio do interditado e da requerente.

(CC 109.840/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, unânime, DJU de 16.2.2011)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. AÇÃO DE REMOÇÃO DE CURADOR. AUTONOMIA.

1. A remoção de curador é postulada em ação autônoma (CPC, arts. 1195 a 1197), que não guarda relação de acessoriedade com a ação de interdição já finda. A circunstância de o curador nomeado ter domicílio em São Paulo, foro onde se processou a ação de interdição, não afasta a competência territorial do Juízo do Distrito Federal, onde têm domicílio a interditada e sua mãe, titular do direito de guarda, para a ação de remoção do curador. Princípio do melhor interesse do incapaz.

2. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência do Juízo suscitado.

(CC 101.401/SP, minha relatoria, unânime, DJe de 23.11.2010)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CURATELA. ATOS DE FISCALIZAÇÃO. Já declarada judicialmente a interdição do varão, com a nomeação da mulher como sua curadora, nada impede que os

# *Superior Tribunal de Justiça*

respectivos autos sejam encaminhados ao novo domicílio desta e do interdito para os atos de fiscalização da curatela. Conflito conhecido para declarar competente o MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Cível de Curitiba, PR.

(CC 43.126/PR, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, unânime, DJU de 30.11.2005)

Em face do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 22ª Vara Cível de Curitiba, PR.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

